



ATA N.º 2523

1 Aos **dezesesseis** dias do mês de outubro de **dois mil e doze**, reuniram-se, em caráter ordinário, na Sala de
2 Reuniões do sexto andar do prédio das Secretarias Municipal de Obras e Viação e do Planejamento, às
3 dezoito horas e trinta minutos, em última chamada, os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento
4 Urbano Ambiental (CMDUA). Compareceram à sessão: **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação
5 Gaúcha de Direito Imobiliário Empresarial (AGADIE), vice-presidente e presidindo a reunião; **Fernando**
6 **Biffignandi**, titular do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB); **Julio Cezar Faria Miranda**, titular
7 da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC); **Rodrigo Schnitzer**, titular da Fundação Estadual de
8 Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN); **Rosane Zottis**, titular, e **Rodrigo de Castilhos**,
9 segundo suplente do Gabinete do Prefeito (GP); **Breno Ribeiro**, primeiro suplente da Secretaria de
10 Planejamento Municipal (SPM); **René de Souza**, titular da Secretaria Municipal de Gestão e
11 Acompanhamento Estratégico (SMGAE); **Pedro Alberto da Silva** Souza, titular da Secretaria Municipal do
12 Meio Ambiente (SMAM); **Margareth Vasata Macchi**, primeira suplente da Associação Brasileira de
13 Engenharia Sanitária Ambiental (ABES); **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da Associação Riograndense
14 dos Escritórios de Arquitetura (AREA); **Fernando Campos Costa**, titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil
15 (IAB), **Anelise Cancelli**, primeira suplente do Instituto Urbano Ambiental (IUA); **José Luiz Seabra**
16 **Domingues**, titular da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul (OAB/RS); **Jorge Larré**,
17 primeiro suplente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre (STICC);
18 **Alan Furlan**, titular, **Ibirá Lucas**, primeiro suplente, e **Roberto Ivan Raul Jakubaszko**, segundo suplente, da
19 Região de Gestão de Planejamento Um (RGP 1); **Osório Queiroz Junior**, titular da Região de Gestão de
20 Planejamento Dois (RGP 2); **Luis Carlos Pires**, titular da Região de Gestão de Planejamento Três (RGP 3);
21 **Clarita Parisotto**, titular da Região de Gestão de Planejamento Quatro (RGP 4); **Ricardo Angelini**, titular da
22 Região de Gestão de Planejamento Cinco (RGP 5); **Anadir Lourdes Alba**, titular, e **José Ronaldo Leite**
23 **Silva** da Região de Gestão de Planejamento Seis (RGP 6); **Eduíno de Mattos**, primeiro suplente da Região
24 de Gestão de Planejamento Sete (RGP 7); **Rosane de Marco**, titular, e **Dalcina Vargas**, da Região de Gestão
25 de Planejamento Oito (RGP 8); **Alceu da Rosa Silva**, titular, e Heverson Vilar da Cunha, da Temática do
26 Orçamento Participativo Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano Ambiental (OCDUA), **Tânia**
27 **Cardoso**, servidora da SPM, e **Ana Paula Tomasi**, Secretária Executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente**
28 fez a abertura da Sessão e deu início à **Votação da Ata**. **Presidente** fez a abertura da sessão e deu início à
29 votação da ata. Conselheira **Clarita** (RGP 4) solicitou a correção da ata vinte e cinco e um, relativa a
30 penúltima reunião, em relação a sua fala da linha vinte e seis da última folha. Disse que não sentiu-se mal
31 pela forma “impositiva”, mas sim que se sentiu mal com a “situação”. Disse que não se sentiu mal pela
32 solicitação que recebeu para participar do protesto, disse que não falou “protesto”, mas que a forma como foi
33 conduzida a situação trouxe mal estar. Disse que não se sentiu “pressionada”, mas sim “dividida”, tendo em
34 vista que “somos um conselho”. Opinou que a redação “disse que não se sentiu representada pelos que
35 saíram da sala” não representou a sua opinião. Conselheira **Rosane** (RGP 8) solicitou alterar na linha trinta e
36 cinco da folha três o termo “RGP 9” por “RGP 8”. Questionou o que significava a redação “apesar deste
37 encaminhamento foi realizada a gravação da sessão, através de instalação de câmera de vídeo, e nesse
38 sentido sem o conhecimento de parte dos conselheiros”. Secretária Executiva salientou que não última
39 reunião não foi formalizada autorização para a gravação da sessão, ou encaminhada votação. Informou que o
40 Presidente disse que particularmente não se opunha, mas que o mesmo não poderia responder
41 individualmente e que por este motivo enviaria a solicitação à Assessoria Jurídica da SPM para que fossem
42 verificados os procedimentos necessários. Informou que achou por bem referir o ocorrido, tendo em vista que
43 algumas pessoas que estavam na sala não tiveram o conhecimento da gravação. Conselheiro **Jakubaszko**
44 (RGP 1) informou que não houve posicionamento contrário. Conselheiro **Fernando** (IAB) questionou o que
45 constou, se por falta de votação, ou se havia o entendimento de aspecto ilegal da gravação. **Presidente**
46 informou que na última sessão o Secretário enviou para análise da assessoria jurídica e que não houve
47 posicionamento na ocasião por parte dos conselheiros, sendo que, enquanto não houvesse resposta, as
48 gravações poderiam continuar. A ata com as retificações propostas foi colocada em votação e foi aprovada
49 por dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário e três abstenções. **Ata Aprovada**. **Presidente** deu início
50 às **Comunicações**. Conselheiro **Osório** (RGP 2) informou que no dia anterior foi realizada a reunião da
51 comissão de mobilidade urbana do CMDUA, que tratou da elaboração de pauta com o tema, a ser tratada
52 pelo Conselho. Informou síntese do que foi discutido e que a reunião contou com onze dos quatorze
53 integrantes. Lamentou a ausência da EPTC e SPM. Conselheiro **Julio** (EPTC) salientou que a EPTC não
54 compõe a comissão. Conselheiro **Osório** (RGP 2) informou o seguintes temas propostos e identificados para
55 serem pautas de reuniões: **Tema 1: Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana (PITMUrb)**,
56 contemplando a estratégia ampla de desenvolvimento do Transporte Público coletivo para a cidade e RMPA;
57 **Tema 2: Sistema Integrado de Transporte (SIT)**, com enfoque no transporte público coletivo; **Tema 3:**



ATA N.º 2523

1 **Rede Estrutural Multimodal Integrada;** Tema 4: O Metrô de Porto Alegre – concebido no contexto do SIT e
2 da Rede Estrutural Multimodal Integrada; **Tema 5: Implementação do PLANO CICLOVIÁRIO DO**
3 **MUNICÍPIO**, e a integração desse sistema com os demais modais; **Tema 6: As possibilidades do**
4 **Transporte Fluvial na Orla de Porto Alegre e entre as cidades da Região Metropolitana de porto Alegre.**
5 Informou que a proposta era para que os temas fossem apresentados com ênfases aos projetos existentes,
6 aos projetos a serem elaborados, assim como aos custos e cronogramas de execução de cada obra
7 específica. Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) informou que no dia ocorreu a reunião ordinária do Comitê de
8 Bacias, do gerenciamento dos recursos hídricos do Guaíba, para tratar da BR 448 em relação ao percurso do
9 Rio dos Sinos, informou que através de três Audiências Públicas foi possível alterar o trajeto da estrada, que
10 passou a contar com curvas para a preservação da Mata Ciliar e com construção de pontos de fuga para a
11 fauna. Informou que as obras finalizarão em outubro de dois mil e treze, conforme DNIT. Informou que as
12 famílias que habitam a região da mata serão reassentadas legalmente. Elogiou o trabalho do engenheiro
13 Carlos, responsável pelo regramento ambiental. Referiu que o mesmo já trabalhou no DEP por muito tempo,
14 assim como fez trabalho exemplar em relação às áreas de risco. Entregou cartilhas de gestão ambiental para
15 distribuição. Conselheiro **Fernando** (IAB) informou sobre a proposta da filmagem das sessões, disse que a
16 idéia é que mesma possa ser transmitida ao vivo pela *internet*. Disse que será preciso a atuação da
17 Procempa. Disse que a idéia é que a PMPA assuma esta tarefa, assim como já ocorre na Câmara de
18 Vereadores e em outros órgãos. Questionou qual o procedimento necessário para definir como o Conselho
19 atuará na efetivação das gravações neste primeiro momento, como forma de propiciar a maior participação.
20 Em relação à discussão sobre a privatização dos espaços públicos, que ocorre na cidade, questionou como
21 poderia se ter o acesso aos contratos firmados entre a Prefeitura e iniciativa privada. **Presidente** solicitou que
22 o questionamento fosse apresentado por escrito à mesa para a possibilidade de encaminhamento à resposta.
23 Conselheiro **Heverson** (OCDUA) falou sobre a Lei de Transparência na Administração Pública, disse que o
24 CMDUA tinha um representante na Conferência Estadual de Transparência e Controle Social, na qual estava
25 presente a RGP 8, disse que ele também representava o Conselho de Saúde. Disse que a terceira proposta
26 mais votada foi a da criação de Campanha de mídia de fácil acesso à população de todas as classes sociais,
27 com informações da gestão pública para a possibilidade de apropriação das ferramentas de controle social.
28 Opinou que a Prefeitura fique comprometida quando para a obtenção de informações seja preciso abrir
29 expediente e que mesmo assim muitas vezes não haja resposta. Informou sobre reportagens publicadas na
30 revista dos Técnicos de Nível Superior da ASTEC, de interesse ao CMDUA: Delimitação das áreas a serem
31 impactadas pela demanda habitacional de interesse social, com a indicação das Regiões de Planejamento
32 Seis e Oito. Sugeriu convite para a SMAM apresentar o projeto referido na reportagem no CMDUA. Falou
33 sobre a criação do Instituto de Planejamento de Porto Alegre, e da reportagem que referia a necessidade de
34 consideração da opinião do corpo técnico da SPM na elaboração deste projeto, opinou importante conhecer a
35 opinião dos técnicos tendo em vista que poderia haver a idéia de oposição de idéias. Conselheiro
36 **Jakubaszko** (RGP 1) informou que ocorreu na Assembléia Legislativa o Seminário Gaúcho das Águas, tema
37 que perpassa o CMDUA. Informou que a partir de novembro ocorrerá o Fórum da Palestina Livre. Convidou
38 para o evento a ser realizado no dia quatro de novembro, dia comemorativo a atividade do rádio amador,
39 domingo ao lado do Monumento Expedicionário. Divulgou ainda a abertura do festival com circuito de filmes
40 do *Zero Zero Sete*, na Usina do Gasômetro. Informou ainda que na Câmara de Vereadores, com a presença
41 do prefeito, foi comunicado previsão para investimentos da cidade para dois mil e treze, de aproximadamente
42 cinco bilhões de reais. Conselheiro **Breno** (SPM) informou que em consideração à preocupação da RGP 5 e
43 RGP 6 em relação à obras na confluência do Arroio e Avenida Cavahada, e da formalização de
44 pronunciamento em relação à situação viária do local, convidou o Programa Sócio Ambiental - PISA para
45 realizar apresentação sobre o tema na próxima reunião - tendo em vista que a área é atingida pelo programa.
46 Conselheira **Anelise** (IUA) disse que a Comissão de Mobilidade Urbana gostaria de propor o agendamento
47 das pautas apresentadas. **Presidente** informou que as proposta deve ser apresentada ao CMDUA para a
48 aprovação para posterior envio à EPTC. Sugeriu apresentação do cronograma para a próxima reunião.
49 Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) sugeriu aprovação na presente reunião. **Presidente** questionou se a proposta
50 tinha condições de ser apresentada no momento. Colocou em votação a proposta de pautas, as quais foram
51 aprovadas por unanimidade. **Presidente** informou que foi sugerida a apresentação pela a EPTC em três
52 reuniões, cada uma com dois tópicos, com intervalo de quinze dias. Consultou os conselheiros para o
53 cronograma. Sugeriu a alteração de quinze para vinte dias, com a primeira apresentação para a reunião
54 subsequente e o devido encaminhamento de ofício à EPTC. Conselheira **Rosane** (RGP 8) sugeriu que a
55 primeira apresentação fosse na próxima sessão, tendo em vista que tratam de projetos já elaborados.
56 **Presidente** disse que seria necessário oportunizar pelo menos duas opções de datas, salientou na que na
57 próxima reunião haveria a apresentação do projeto PISA, e que então o ideal seria na seguinte. Pediu o
58 empenho do Conselheiro Julio junto à EPTC. **Presidente** deu início à **Ordem do Dia. Processo Quatro**



ATA N.º 2523

1 **Ponto Um. Expediente:** 002.074330.11.0. **Interessado:** Daniel Sartori. Assunto: Resolução – Alteração de
2 Grupamento de Atividades. Local: Rua Estevão Cruz, em toda a sua extensão (MZ04 UEU030) Cristal. RGP
3 5. **Relator:** RGP 4. **Encaminhamentos:** Vistas à RGP 5 em 24/07/2012. Em diligências à EPTC e GP em
4 31/07/2012. Em diligências à SPM em 04/09/2012. Retornou em 11/09/2012. Em diligências à SPM/CPU em
5 11/09/2012. Não retornou. **Adiado. Processo Quatro Ponto Dois. Expediente:** 002.332485.00.0.
6 **Interessado:** SPM. **Assunto:** Resolução de Ajuste de limites de Unidade de Estruturação Urbana na Área de
7 Ocupação Intensiva. **Local:** Junto ao Entroncamento da Av. Marechal Osório com Av. Ernesto Neugebauer.
8 **Relator:** RGP 7. **Encaminhamentos:** Vistas à RGP 2 em 21 de agosto de 2012. Retornou em 11/09/2012. Em
9 diligências à SPM em 04/09/2011 (em conjunto com o GP, GPE, EPTC e SMAM). Conselheira **Rosane** (GP)
10 informou teor da proposta, informou que foi preparada apresentação para esclarecer o teor do solicitado, em
11 relação à área atualmente sem regime urbanístico. Conselheiro **Rodrigo** (GP) informou que foi feita síntese
12 para esclarecer dúvidas existentes. Informou área, faixa de domínio de rodovia federal, entre as BR 290 e
13 116, sem regime urbanístico definido pelo Plano Diretor. Projetou imagem com a situação atual do local,
14 ocupado por caminhoneiros e por famílias. Informou que são cerca de vinte e cinco famílias cadastradas,
15 informou que a discussão é para ajuste de limite de subunidade, informou localização, proprietária União,
16 contrato de concessão à Concepa. Informou a atribuição do CMDUA de apreciar ajuste de limite de
17 subunidade, e da Prefeitura de após a deliberação, realizar a análise do projeto arquitetônico e licenciamento
18 caso ocorra a aprovação. Informou que as famílias ficarão sobre a responsabilidade da Prefeitura e que serão
19 removidas juntamente com as famílias da Vila Tio Zeca Areia. Em relação às questões ambientais ficarão à
20 cargo da Fepam. Informou situação existente para ilustrar a falta de regime próprio, e a situação proposta,
21 para a possibilidade de análise pela prefeitura. Informou que a atividade envolvida foi autorizada pela Agencia
22 Nacional de Transportes Terrestres, conforme portaria. Deu detalhes e salientou que ainda não há a
23 aprovação do projeto, o qual cabe à Prefeitura de Porto Alegre. E deu outros detalhes.
24 Conselheiro **Dino** (AREA) solicitou a confirmação de que a apreciação tratava apenas de implementação de
25 regime para a possibilidade de análise. E de que o projeto futuramente teria que observar os demais pré
26 requisitos legais, assim como de que se tratava de concessão. Conselheiro **Rodrigo** (GP) confirmou.
27 Conselheiro **Alan** (RGP 1) questionou qual a extensão da faixa de domínio. Conselheiro **Breno** (SPM)
28 informou que aproximadamente sessenta metros. Informou que todo o trevo é área de domínio. Informou a
29 necessidade de implementação de regime, já que foi dada a concessão ao interessado, para a possibilidade
30 de análise pela prefeitura nas diversas instâncias. Salientou que sem a definição de regime não existe a
31 possibilidade de análise. Deu detalhes informando a parte de concessão. Conselheira **Anelise** (IUA) opinou
32 que o projeto original indicava a previsão de área verde e que a concessão parece estar alterando o uso.
33 Conselheiro **Breno** (SPM) informou que o proprietário, a União, foi quem definiu esta necessidade. Opinou
34 que o projeto futuro traga benefícios, e que o mesmo se propõe a dar conforto e segurança à classe
35 caminhoneira. Conselheira **Rosane** (RGP 8) questionou qual o local previsto para receber as famílias
36 juntamente com as famílias da Vila Tio Zeca Areia. Conselheiro **René** (SMGAE) informou que todo o projeto
37 da entrada da cidade pressupõe a reurbanização do bairro Humaitá. Disse que as famílias não ficarão na
38 rótula mas o programa tem a diretriz de realizar os reassentamentos na própria região. Disse que existem
39 áreas sendo desenvolvidas através do DEMHAB, e que a meta é para contemplar três mil famílias.
40 Conselheiro **Fernando** (IAB) opinou que a questão deva ser esclarecida e criticou a falta de definição. Opinou
41 que o projeto seja resultado de uma reivindicação justa da classe caminhoneira, mas opinou que a aprovação
42 de regime represente a possibilidade de construção. E que neste sentido necessita de maiores
43 esclarecimentos em relação ao destino das famílias e à alteração das características da área verde.
44 Presidente salientou a informação dada pelo conselheiro René, de que as famílias seriam reassentadas na
45 região. Conselheiro **Dino** (AREA) informou que a aprovação é apenas para regime e que posteriormente será
46 apresentado projeto, com o detalhamento das questões envolvidas e acertos necessários.
47 Conselheira **Anelise** (IUA) disse que alguns opinam que não deva haver regime para a área.
48 Conselheiro **Alceu** (OCDUA) questionou se o projeto futuro tratava de paradoro para caminhoneiros,
49 chamou a atenção para a área de manguezal, de bastante alagamento. Opinou que as informações diversas
50 devam vir em conjunto, questionou se já existe o entendimento pelo governo municipal sobre a retirada das
51 famílias. Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) opinou que o assunto não seja simples e que o local seja ponto crítico
52 à mobilidade, e que a proposta induz tráfego pesado, por interesse de empresa privada. Disse que o
53 licenciamento ambiental é municipal, pelo tamanho da área, e não da FEPAM, conforme foi dito. Disse que o
54 projeto já existe e visa construção de alto impacto. Informou que o documento emitido pela Concepa é
55 irregular, pois foi assinado por apenas um membro do conselho da Concepa, deu detalhes. Informou que o
56 local é ponto crítico para a drenagem da água da chuva. Criticou a falta de atenção à questão ambiental. A
57 concessão que pode ser revogada a qualquer momento traz fragilidade às intenções existentes. Em relação à
58 famílias opinou que a situação deva estar melhor explicada. Questionou a falta de presença do conselheiro



ATA N.º 2523

1 Osório, face anexação pela RGP 2 de parecer contrário à aprovação. Referiu parecer do Ministério Público,
2 dizendo que a concessão da área é federal, mas que era irregular pelo seguinte: ele concorda com os
3 encaminhamentos dados, e manifesta que, em sendo aquela área designada pública, de proteção ao futuro
4 das vias, inclusive como possibilidade modificação para melhorar o tráfego, será interrompida esta
5 possibilidade. Relator opinou que a aprovação traga prejuízo ao futuro da cidade e posicionou contrário à
6 aprovação. **Presidente** colocou o parecer contrário do relator em votação e o mesmo foi aprovado por dez
7 votos favoráveis, incluindo o voto do relator, e sete votos contrários. **Processo**
8 **Rejeitado**. **Presidente** informou o artigo vinte e dois do Regimento Interno, opinou o regimento ser omissivo e
9 sugeriu o encaminhamento à Assessoria Jurídica da SPM para indicar os próximos trâmites seria o
10 indeferimento do processo. Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) criticou, disse que o caso deve ser tratado como
11 qualquer outro processo em pauta. Conselheira **Rosane** (GP) leu parecer da promotora de justiça do
12 Ministério Público do Estado, opinando que na leitura realizada pelo relator apresentou a clareza dos fatos.
13 Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) informou que procedeu a leitura de parecer do Ministério Público Federal.
14 Conselheira **Rosane** (GP) procedeu a leitura, opinou importante os esclarecimentos. Informando teor,
15 histórico e detalhes da solicitação de inquérito pelo Conselheiro Relator. Deu detalhes e informou parecer
16 referindo indeferimento, face competência da esfera federal. Conselheira **Anadir** (RGP 6) opinou que o
17 Regimento Interno não seja omissivo em relação à votação ocorrida. Salientou que há previsão regimental
18 quando o parecer do relator for vencido, mas que não era este o caso. Conselheira **Rosane** (GP) informou
19 que apenas fez a leitura para esclarecer situação que para ela lhe pareceu contraditória ao relato realizado
20 pelo conselheiro. Opinou que a votação deve ser feita mediante informações seguras e que se não for assim
21 caiba a nulidade da votação inclusive. Salientou que aos processos são passíveis de pedidos de
22 reconsideração. Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) salientou que não referiu a existência de irregularidades em
23 relação à Prefeitura, mas sim em relação a encaminhamentos envolvendo a Fepam, Concepa e ATP.
24 **Processo Quatro Ponto Três**. **Expediente**: 002.072721.12.0. **Interessado**: SPM. **Assunto**: Resolução –
25 Eliminação de Gravame de passagem de Pedestre. Local: Quarteirão formado pelas ruas: Concorde, Marechal
26 José Machado Lopes, Henrique Scilar, e Zeevjabotinki – MZ03 UEU098. Relator: RGP 8. **Encaminhamentos**:
27 Processo em diligências à SPM e SMF em 18/09/2012. Processo em diligências à RGP 4 em 09/10/2012. Não
28 retornou. **Adiado**. **Quatro Ponto Quatro**. **Expediente**: 002.330288.00.1. **Interessado**: Cia Zaffari Comércio e
29 Indústria. **Assunto**: EVU para supermercados e centro de compras. **Local**: Av. Protásio Alves, 7472. **Relator**:
30 Metroplan. **Encaminhamentos**: Vistas à RGP 4 em 02/10/2012. Retornou em 09/10/2012.
31 Conselheira **Clarita** (RGP 4) informou que solicitou a troca de contrapartida, e que em contato com o
32 empreendedor este não manifestou contrariedade. Conselheiro **Rodrigo** (Metroplan), relator do processo,
33 apresentou o mesmo. Reiterou parecer favorável à aprovação e relato proferido anteriormente. Informou que
34 A Metroplan acrescenta a proposta de alteração da contrapartida sugerida pela Conselheira Clarita.
35 Conselheiro **Julio** (EPTC) questionou qual a troca proposta. Conselheiro **Rodrigo** informou que a proposta
36 era para alterar a pavimentação de rua por outra ou por construção de creche. Conselheiro **Julio** (EPTC) falou
37 sobre a necessidade de documentar o comprometimento do outro empreendimento em relação à
38 contrapartida proposta de ser retirada. Falou sobre a necessidade de atenção e garantia às medidas
39 indicadas, em relação à mobilidade. Conselheiro **Rodrigo** (Metroplan) leu o parecer. Conselheira **Clarita**
40 (EPTC) salientou a importância da alteração, em consideração à qualificação da região.
41 Conselheira **Anadir** (RGP 6) solicitou ao relator que informasse o impacto do empreendimento e as medidas
42 de compensação à mobilidade. Relator fez a leitura do parecer da SMT EPTC, com a indicação das diversas
43 medidas a serem atendidas. Conselheiro **Luis Carlos** (RGP 3) informou que mora na região há quarenta e
44 dois anos, e disse a concorrência com os supermercados *Carrefour* e *Big*, deslocará o tráfego para a região.
45 Disse da necessidade da duplicação da avenida Protásio Alves. Conselheiro **Alceu** (OCDUA) opinou
46 importante a implementação do empreendimento na região, disse que irá qualificar, falou da necessidade do
47 devido planejamento pelos órgãos competentes para evitar prejuízos viários futuros. Disse da melhoria
48 recebida pelos corredores dos ônibus. Falou do benefício que trará a concorrência à redução de preços. Disse
49 que a empresa *Zaffari* é sensível à questões pertinentes aos interesses de Porto Alegre e que a atribuição do
50 CMDUA é para que haja o cuidado da EPTC para não ocorrerem agravos. Conselheiro **Rodrigo** (Metroplan)
51 informou parecer final da CAUGE aprovando o EVU e fez a leitura das medidas mitigatórias indicadas pela
52 EPTC. Finalizadas as manifestações, o parecer favorável do relator foi colocado em votação e foi aprovado
53 por unanimidade. **Processo Aprovado**. Pelo adiantado da hora, os demais processos constantes em pauta
54 foram adiados. **Presidente** questionou se os conselheiros regionais gostariam de enviar os processos
55 seguintes para vistas, mesmo antes dos relatos, para a agilidade dos trâmites: **Processo Quatro Ponto Cinco**.
56 **Expediente**: 002.212962.00.0. **Interessado**: Claro. **Assunto**: ERB “ROOFTOP”. **Local**: Rua Albion, 608 –
57 Partenon. **Relator**: SPM. Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) solicitou vistas, mas o processo não foi entregue, tendo em
58 vista a ausência do relator. **Adiado**. **Processo Quatro Ponto Seis**. **Expediente**: 002.320714.00.5. **Interessado**:



ATA N.º 2523

1 Brasil Telecom. Assunto: ERB "Greenfield". **Local:** Av. Edgar Pires de Castro, 1841 – Restinga. **Relator:** SMGAE.
2 Conselheira **Rosane** (RGP 8) solicitou vistas, mas não levou o processo. **Adiado. Processo Quatro Ponto Sete.**
3 Expediente: 002.227301.00.2. Interessado: VIVO. Assunto: ERB "ROOFTOP". Local: Rua Gen. Lima e Silva, 1509
4 – Azenha. Relator: **SMOV**. RGP 1 solicitou vistas mas o relator estava ausente. **Adiado. Processo Quatro Ponto**
5 **Oito. Expediente:** 002.330714.00.2. **Interessado:** Pampa Ráfia Indústria e Comércio de Embalagens. **Assunto:** EVU
6 para Indústria. **Local:** Beco da Paixão, 3202. **Relator:** SMAM. **Vistas à RGP 7. Processo Quatro Ponto Nove.**
7 **Expediente:** 002.303369.00.4. **Interessado:** Procuradoria Geral do Estado – RS. **Assunto:** EVU de Edificações para
8 Equipamento Administrativo. **Local:** Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 150 – Cidade Baixa. **Relator:** UFRGS. **Vistas à**
9 **RGP 1. Processo Quatro Ponto Dez. Expediente:** 002.329251.00.7. **Interessado:** UPV/SPM. **Assunto:** Resolução
10 - Alteração Gravame de Área de Escola. **Local:** Rua F Rua Felizardo de Farias, nº 180, no quarteirão Rua Tijuca, Rua
11 Caieira e Marieta MZ01,UEU 082 – Medianeira. **Relator:** ABES. Conselheiro **Ricardo** (RGP 5) solicitou vistas mas não
12 levou o processo, tendo em vista a ausência do relator. **Adiado. Presidente** deu início aos **Assuntos Gerais.**
13 Conselheiro **Alceu** (OCDUA) criticou o envio dos processos para Vistas anteriormente ao relato e parecer do
14 relator. Opinou importante salientar que o procedimento não era regimentar, e que o mesmo estava sendo feito de
15 forma atípica face necessidade de aceleração dos processos. **Presidente** justificou a ação tendo em vista as
16 diversas apresentações e pautas diversas. Conselheiro **Heverson** (OCDUA) informou sobre o avanço que
17 representa a instalação das bicicletas públicas, mas chamou a atenção para a necessidade de segurança, pela
18 política de uso de capacetes, tendo em vista o índice acentuado de traumatismos cranianos em acidentes com
19 bicicletas. Às vinte horas e dez minutos, foram **encerrados os trabalhos** do Conselho Municipal de
20 Desenvolvimento Urbano Ambiental. Eu, **Ana Paula Tomasi**, juntamente com o presidente da sessão, assino e
21 lavro a presente ata.

22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34

Ana Paula Tomasi
Secretária Executiva

José Euclésio dos Santos
Vice-Presidente

Retificações a presente ata encaminhadas em sessão do dia 23 de outubro de 2012.

Fl.04: Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) solicitou a correção quanto ao resultado da votação, referente ao processo de sua relatoria, informou que foram onze votos favoráveis ao seu parecer, e não dez conforme constou.

Fl.03, linha 58: Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) solicitou que o termo "questionou" fosse substituído pelo termo "constatou", em relação à presença do conselheiro da RGP 2 na sessão.

A íntegra desta sessão encontra-se disponível em áudio junto à Secretaria Executiva deste Conselho.